

# **Chegou a hora do crescimento**

**O risco maior é de sermos condenados a mais quatro décadas de estagnação e desencanto**

**Por Luque, Silber, Luna e Zaghera**

**Valor, 20/10/2023**

Chegou a hora de reencontrar o caminho do crescimento e de tomar as medidas necessárias para atingir esse objetivo. Os 80 anos - de 1900 à 1980 - colocaram a economia brasileira no segundo melhor desempenho do mundo (só perdemos para o Japão), transformando-a numa das maiores. A desaceleração foi tão dramática quanto a aceleração. Desde 1980 a renda per capita cresceu apenas 30% em 40 anos e caiu nos últimos dez. Em 2022 ela estava 5% abaixo da de 2013. Para os que viveram os anos do “milagre” fica uma amargura comparável à da Copa de 1950, quando o Brasil tinha tudo para vencer, mas foi uma decepção para 51 milhões de brasileiros.

Os custos econômicos e sociais dessa evolução são bem conhecidos: informalização do mercado de trabalho, participação na força de trabalho em queda, mobilidade social bem abaixo do possível, pobreza, distanciamento cada vez maior em relação às economias avançadas, uma classe média endividada e angustiada, criminalidade e favelização das cidades. Não surpreende que em números cada vez maiores jovens educados e dinâmicos têm procurado um futuro melhor na Europa ou nos Estados Unidos.

As políticas econômicas que poderiam pôr a economia numa trajetória de crescimento rápido já foram discutidas e são bem conhecidas. Consistem da adoção de uma estratégia de crescimento clara e bem comunicada ao país baseada na exportação de manufaturados. O que por sua vez requer uma taxa de juros alinhada com a taxa de juros em outras economias emergentes de crescimento rápido como a Indonésia, Índia, ou China, taxas de um dígito, nesses países as vezes negativas em termos reais, acompanhada de medidas que aumentem a competitividade do setor financeiro e a expansão do crédito, uma taxa de câmbio competitiva com o compromisso de mantê-la relativamente estável em termos reais por um período prolongado, um programa de investimento em infraestrutura elevando-o gradualmente dos 1-2% do PIB atuais a 6-7% e ao mesmo tempo o fortalecimento das instituições de planejamento e execução do investimento público. Finalmente, uma reforma fiscal que não somente racionaliza o sistema atual, mas também aumente a disponibilidade de recursos para financiar esse programa expansionista.

O que impede uma mobilização da sociedade a favor do crescimento? Não somos psicólogos, sociólogos, cientistas políticos ou antropólogos. Somos apenas economistas. Mas todo economista sabe que fatores históricos, psicológicos e forças sociais têm sua palavra a dizer nos processos econômicos.

Sugerimos que três fatores permitiram que a economia fosse à deriva sem que a sociedade se mobilizasse.

O primeiro são as racionalizações doutrinárias. A ideologia encarnada em Ronald Reagan e Margaret Thatcher tomou força e se propagou pelo mundo como uma febre à qual o Brasil não resistiu. O setor público passou a ser visto como a causa de todos os males e o mercado como a fonte de todas as virtudes. Passamos a acreditar que o setor privado poderia suprir tudo que o setor público não conseguia: infraestrutura, educação, saúde, crédito, progresso tecnológico e crescimento. O capital financeiro internacional, frequentemente disfarçado de investimento estrangeiro direto, passou a ser visto como modernizante. Um banco central independente com metas de inflação baixas e taxas de juros altas passou a ser visto como garantia de estabilidade macroeconômica. E uma taxa de câmbio flutuando ao sabor das vicissitudes do capital internacional e do diferencial das taxas de juros domésticas e internacionais passou a ser visto como evidência de que o país fazia parte da economia global.

Segunda força em jogo: os que acreditam no crescimento acelerado do Brasil, os economistas “desenvolvimentistas”, passaram a ser tratados pela mídia, tecnocratas e até por economistas acadêmicos, como o personagem de Lima Barreto. Isto é, sonhadores sem conexões com a realidade, apesar do otimismo de Policarpo Quaresma no futuro da agricultura brasileira ter se revelado premonitório. Sim, é verdade que o Brasil foi capaz de crescer a taxas até mais altas do que as economias asiáticas. Mas isso já faz parte das fantasias de uma geração que não acordou para a realidade do mundo moderno. O mundo moderno é feito de disciplina fiscal, abertura ao capital financeiro internacional, taxas de juros altas, um banco central independente com metas de inflação ambiciosas, encolhimento do governo, impostos baixos e, às vezes, mas nem sempre, e talvez não necessário, crescimento.

O país pagou um custo alto - durante uma década e meia - com inflação descontrolada, excessos fiscais e crise da dívida externa e interna quando se afastou dessas normas. Ficou a convicção de que qualquer programa audaz de crescimento será punido, uma convicção com a qual as elites se acomodam. Afinal, para os 10% mais ricos que recebem 50% do PIB o crescimento baixo não afeta o padrão de vida.

Terceira força em jogo tem sido a falta de uma estratégia de crescimento capaz de mobilizar os diferentes grupos da sociedade. As ambições modernizantes de Getúlio Vargas, de “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek, de desenvolvimento ao ritmo asiático sob Delfim Neto eram traduzidas em objetivos de crescimento, planos e metas, e instituições e políticas

econômicas permitindo atingir esses objetivos. Mas durante 1980-1994 o objetivo principal das políticas econômicas foi de lidar com a dívida externa e controlar a hiperinflação.

Resolvidos estes, a estabilização passou a ter prioridade e o crescimento passou a ser um objetivo secundário, como evidenciado no mandato do BCB cuja prioridade é o controle da inflação. Agora temos metas de inflação, mas não temos metas de crescimento. Nos últimos 30 anos se manteve a ilusão que com estabilidade, privatização, e abertura ao capital financeiro a economia iria crescer por si só, convicção essa que o desempenho econômico do período, desmente. A economia se desindustrializou, as exportações industriais em relação ao PIB caíram assim como a participação do Brasil na economia global, o mercado de trabalho se informalizou, a participação da força de trabalho caiu. Essa evolução estrutural aponta para um futuro de crescimento modesto.

A retomada do crescimento tem riscos. Nada que não possa ser gerido com políticas consistentes e criativas. O risco maior, o risco que põe em jogo o futuro do país, é de continuar sem uma estratégia de crescimento coerente, e sermos condenados a mais quatro décadas de estagnação e desencanto. Lembremo-nos que o otimismo de Policarpo Quaresma foi plenamente justificado pelo desempenho da agricultura nas ultimas décadas. Podemos e devemos reencontrar este otimismo. Chegou a hora de reencontrar a trajetória do crescimento.

**Carlos Luque é professor da FEA- USP e presidente da Fipe.**

**Simão Silber é professor da FEA-USP.**

**Francisco Vidal Luna é professor da FEA aposentado.**

**Roberto Zagha foi professor Assistente na FEA-USP nos anos 1970 e no Banco Mundial a partir de 1980, onde encerrou a carreira em 2012 como Secretário da Comissão sobre o Crescimento e o Desenvolvimento, e diretor para a Índia.**